

ECONOMIA SOLIDÁRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: VINTE ANOS DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA¹

Bianca Lima Costa²
Marcelo Miná Dias³
Marcio Gomes da Silva⁴

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2023 pode ser considerado um marco importante para a rearticulação, a ressignificação e a renovação do debate e do campo da economia solidária no Brasil. Há duas décadas, em 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) iniciava seus primeiros passos em torno da mobilização de diferentes atores e atrizes, consolidando-se como um dos principais articuladores das pautas e bandeiras de um movimento social emergente na virada do século XX (Silva, 2020). No mesmo período, era criada, no recém-eleito governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes),⁵ liderada pelo intelectual e professor Paul Singer,⁶ referência no tema e militante histórico do Partido dos Trabalhadores (PT).⁷

Em muitos institutos de ensino superior e tecnológico, a economia solidária também ocupou espaços importantes, especialmente nas iniciativas das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs). Gestadas sob a ótica da extensão universitária, as ITCPs foram criadas em um contexto de elevado desemprego e de crise econômica sob o lema da “autogestão” como caminho para a geração de trabalho e renda a partir de uma perspectiva crítica ao capitalismo. Essas experiências se expandiram, consolidando-se em redes de articulação entre incubadoras, como a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Rede Unitrabalho) e, posteriormente, a Rede Universitária de ITCPs.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt76/espp1>

2. Professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV). *E-mail*: bianca.lima@ufv.br.

3. Professor da Ufv. *E-mail*: minad@ufv.br.

4. Professor da Ufv. *E-mail*: marcio.gomes@ufv.br.

5. A Senaes compôs a estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como uma estratégia com relativa centralidade na perspectiva da “geração de trabalho e renda” (Silva, 2020).

6. “Nascido em 1932 em Viena, Áustria, chegou ao Brasil em 1940, aos oito anos. Em São Paulo, formou-se no curso técnico, graduou-se em economia pela Universidade de São Paulo, doutorou-se em sociologia, tornou-se livre docente em demografia e professor titular em economia pela mesma universidade. Foi um dos fundadores do Cebap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], do PT e da incubadora tecnológica de cooperativas populares na USP [Universidade de São Paulo]. De 2003 a 2016, foi secretário nacional de economia solidária. Faleceu em 2018”. Disponível em: <http://paulsinger.com.br/>.

7. Sobre a trajetória da Senaes em particular, e da Política Nacional de Economia Solidária em geral, ver Silva (2020).

Após vinte anos da ampliação da visibilidade da economia solidária em diferentes campos de atuação, o contexto econômico, social e político brasileiro se alterou significativamente. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a prisão do ex-presidente Lula em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a volta de Lula ao governo em 2023 e a tentativa de golpe em janeiro de 2023 revelam um mosaico complexo e instável de forças políticas e suas respectivas bandeiras. Além disso, a pandemia de covid-19⁸ impactou o mundo inteiro e suas consequências ainda estão em curso.

Nesse contexto, a economia solidária – como objeto de políticas públicas, pauta de movimentos sociais ou tema no campo científico – passa por metamorfoses e enfrenta desafios. Entre estes, pode-se citar as profundas e rápidas mudanças no mundo do trabalho, as quais impactam diretamente a organização, a vida material e a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras. Da mesma forma, questões ambientais ganham centralidade, em um contexto de mutação climática, assim como pautas identitárias se fortalecem nos espaços políticos. Pensar a economia solidária na atualidade compreende incorporar tais debates e as ITCPs, em diálogo com diferentes coletivos, devem atualizar sua prática.

Em 2023, ano de muitos marcos, como descrito anteriormente, a ITCP da Universidade Federal de Viscosa (ITCP-UFV) também completa vinte anos de atividade. Trata-se de um programa de extensão universitária com significativo volume de ações e interações e com distintos sujeitos políticos e coletivos da mesorregião da zona da mata mineira. Refletir sobre essa história é, de alguma maneira, analisar a economia solidária no Brasil, pois é no local e nas interações sociais, econômicas e ambientais que os aprendizados coletivos e as trocas se materializam e inspiram políticas globais.

Este artigo, portanto, busca elaborar uma breve síntese sobre a trajetória da ITCP-UFV e refletir sobre os distintos desafios que o campo da economia solidária enfrenta como um todo. Pretende-se apresentar algumas considerações sobre a prática das ITCPs e a importância de iniciativas como estas nas instituições de ensino superior e tecnológico do país, com vistas ao fortalecimento de políticas públicas direcionadas à promoção de mudanças sociais.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E AS ITCPs

O debate sobre “outras formas de economia” é mundial e a trajetória brasileira apresenta especificidades interessantes neste campo. Ancorada em diferentes vertentes teórico-práticas, a temática ganha ou retoma sua visibilidade principalmente no final da década de 1980, buscando reativar “soluções” para variadas “crises” no mundo do trabalho (Costa, 2013). Compreender as ações realizadas pelas ITCPs e problematizá-las deve partir de alguns apontamentos sobre esses caminhos trilhados no país.

Conforme apresentado por Costa (2013), parte dos trabalhos teóricos sobre economia solidária baseia-se no entendimento sobre a pluralidade de princípios econômicos. Essa

8. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia foi de 2020 a maio 2023. Para uma análise sobre os efeitos da pandemia nas relações de trabalho e nas desigualdades sociais no Brasil, ver Silva, Corseuil e Costa (2022).

abordagem – explicitada por Laville *et al.* (2006) e Laville (2010), por exemplo – denuncia a utopia do mercado autorregulado e utiliza os fundamentos de Polanyi (2000) sobre reciprocidade, redistribuição, autossuficiência e mercado, presentes na economia substantiva, como base explicativa para a economia solidária.

Da mesma forma, interpretações latino-americanas focadas na economia popular, elaboradas especialmente por Coraggio (2007), reconhecem a reciprocidade e analisam a unidade doméstica como parte importante da reprodução da vida. Em geral, essa interpretação, além de estar fundamentada no pressuposto de mudança social, engloba formas microeconômicas de economias organizadas por trabalhadores e trabalhadoras que se associam para produzir ou comprar coletivamente, seja para prover trabalho e renda, melhorar o poder de negociação, acessar crédito, seja para o uso de bens comunitários que melhorem condições ou meios de vida. Essas são formas que, em grande medida, ultrapassam a lógica do mercado por não estarem baseadas na lógica exclusiva do lucro.

No Brasil, é importante destacar que, mesmo com uma trajetória conservadora ao longo do século XX, não se pode negligenciar o cooperativismo e toda sua doutrina ao referenciar a economia solidária. Essa influência ou importância, sem dúvida, deve-se a um dos quadros teóricos de maior relevância e influência do país, o professor da USP Paul Singer (Singer, 2002; 2003; 2004). Na visão do autor, a opção pela autogestão na economia solidária baseia-se em uma perspectiva inspirada nos “socialistas utópicos” e no trabalho associado. Parte da construção teórica brasileira apostava no “cooperativismo autêntico” como a melhor forma de romper a exploração do trabalho, tornando os meios de produção coletivos (Singer, 2004). As ITCPs foram fortemente influenciadas por essa perspectiva e se constituíram inicialmente em torno da noção de “cooperativismo popular”.⁹

Lima (2009) ressalta que a experiência no Rio de Janeiro, por meio do programa de extensão do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), para apoio à organização da Cooperativa dos Trabalhadores de Manguinhos, em 1995, configurou-se como uma das primeiras iniciativas do “novo” cooperativismo. Os primeiros artigos teóricos sobre o tema da autogestão como possibilidade efetiva de emancipação do trabalhador surgiram nesse processo.

É importante destacar a ênfase dada, nesse período, à organização de trabalhadores e trabalhadoras desocupados(as) em áreas urbanas. Por isso, as ações que envolviam cooperativas de construção civil, serviços gerais e reciclagem eram muito significativas. Nesse momento, por força do processo, algumas instituições de ensino superior contrataram as cooperativas incubadas para prestação de serviços. Algumas vezes, trabalhadores e trabalhadoras foram especialmente mobilizados(as) para esse fim, buscando direcionar o recurso orçamentário das entidades para essas iniciativas.

No mesmo período de criação das primeiras ITCPs, estas se vincularam a duas redes de âmbito nacional, quais sejam: a Rede Unitrabalho, inserida em um debate mais amplo sobre o

9. Sobre o processo de origem do debate em torno do conceito de economia solidária no Brasil, ver Silva (2020).

trabalho e, posteriormente, a Rede Universitária de ITCPs. Ambas contribuem para a manutenção da identidade dessas organizações e de seu diferencial metodológico. É necessário se filiar às organizações e cada uma delas reforça ou não determinados pressupostos teóricos e modos de atuação, além de apoiar e “legitimar” as incubadoras.

Desde o princípio, os formatos, as equipes, os empreendimentos incubados e a metodologia de trabalho seguem o perfil da própria universidade ou da equipe que coordena cada ITCP. Por isso, atualmente, há um quadro heterogêneo de arranjos de trabalho. Algumas incubadoras realizam ações com segmentos específicos, outras enfatizam áreas de gestão, outras se especializam em processos de organização coletiva, em processos educativos e outras têm a perspectiva de inovação tecnológica (Addor *et al.*, 2018).

Com intuito de fomentar essas iniciativas, em 1997, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), tendo como parceiros a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil. O Proninc teve seis edições até o ano de 2017, foi implementado pelo Decreto Federal nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que, além de criar um comitê gestor para a política, definiu seus objetivos¹⁰ (Velloso, Morais e Menezes, 2020; Addor, Maia e Oliveira, 2020).

Os formatos e as instituições de financiamento do Proninc foram diversos ao longo desse período e sua ação foi em muitos momentos interrompida, redesenhada, o que inviabilizou a continuidade de processos, impactando negativamente vários deles. Além do Proninc, as ITCPs acessaram recursos de diversas fontes, como o Programa de Extensão Universitária (Proext), editais da Senaes, de governos estaduais, municipais e de instituições de fomento à pesquisa.

Mais de duas décadas após a criação da primeira incubadora, o termo *cooperativismo popular* cedeu lugar para incubadoras tecnológicas de economia solidária (Ites). Em 2018, identificava-se em torno de 110 Ites em funcionamento no país, as quais envolviam estudantes, professores(as), pesquisadores(as) e técnicos(as) das instituições de ensino superior (Addor *et al.*, 2018).

Essas iniciativas têm como objetivo fortalecer grupos que estão em processo de estruturação, visando seu crescimento e sua autonomia. Nesse sentido, a incorporação da palavra “tecnologia” busca consolidar a intencionalidade de construção “de ferramentas, técnicas, máquinas e metodologias que sirvam para melhor estruturar seus processos de produção, gestão, comercialização, pensando tanto no aumento da produtividade e da renda, quanto na melhoria das condições de trabalho e vida dos envolvidos” (Addor e Laricchia, 2018, p. 15).

10. “A finalidade do Proninc, conforme o Decreto nº 7.357 de 17/11/2010, é o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos de economia solidária (EES), buscando atingir os seguintes objetivos: i) geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos EES; ii) construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EES pós-incubação; iii) articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional; iv) desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial; v) formação de discentes universitários em ESS; e vi) criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da ESS nas instituições de ensino superior” (Velloso, Morais e Menezes, 2020, p. 137).

Essas são iniciativas que consolidam nas universidades importantes espaços de extensão, especialmente comprometidos com as classes populares e contra-hegemônicos. Por um lado, voltam-se à construção de uma “nova economia”, e, por outro, fortalecem uma outra visão de universidade articuladas às demandas da população brasileira a partir do ensino da pesquisa e da extensão (Addor *et al.*, 2018). Dessa forma, o foco não está somente nos empreendimentos ou nas cooperativas, mas em uma diversidade de atuações que envolvem diferentes segmentos econômicos – catadores e catadoras de materiais recicláveis, agricultores e agricultoras familiares, grupos de consumo, artesãs, bancos comunitários etc. (Addor e Laricchia, 2018; Addor, Maia e Oliveira, 2020).

De acordo com o relatório de avaliação do Proninc 2017, entre as Ites que fizeram parte da pesquisa, as cinco atividades mais realizadas no âmbito da incubação foram: i) qualificação profissional, técnica, gerencial (72%); ii) assessoria no planejamento e plano de negócios (66%); iii) assistência técnica e/ou gerencial (61%); iv) elaboração de projetos (61%); e v) formação sociopolítica (60%). Conforme destacado por Addor *et al.* (2018, p. 44),

entre as 64 estudadas, foram destacados como princípios fundamentais: educação popular, apontada por 36 incubadoras (56,25%), tendo como principal referência Paulo Freire; a questão da participação e dos métodos participativos, com 34 respostas (53,13%), com grande destaque para a pesquisa-ação; e o conceito de autogestão, citado em 27 incubadoras (42,19%). (...) Vale mencionar que os(as) coordenadores(as) das incubadoras quase sempre destacaram o fato de que essas ferramentas são adequadas à realidade de um empreendimento solidário, diferenciando-se, em muitos sentidos, das práticas tradicionais realizadas em empresas privadas.

Diante desses dados, destacam-se a capilaridade das incubadoras e a capacidade de mobilizar diferentes conhecimentos em prol da economia solidária em todas as regiões do país. Compreende-se que as ITCPs são fundamentais para a formação de trabalhadores e trabalhadoras que atuam na economia solidária, por exemplo, em empreendimentos coletivos, assessoria técnica, políticas públicas, entre outros. O fato de estarem em ambientes de pesquisa e inovação possibilita o desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à realidade popular e em diálogo direto com os movimentos sociais. Além disso, ampliam o debate sobre “outras economias” nas universidades e nos institutos técnicos, dialogando diretamente com a juventude.

Com objetivo de demonstrar as particularidades das ações desenvolvidas em interação com diferentes populações rurais e urbanas, a seção 3 trará elementos da trajetória da ITCP-UFV e as reflexões a partir desta experiência.

3 ITCP-UFV: VINTE ANOS DE HISTÓRIA E APRENDIZADOS

A ITCP-UFV foi fundada em 2003, em uma das fases iniciais de ampliação de projetos dessa natureza em universidades públicas brasileiras. Tanto a denominação *incubadora* como a metodologia (*incubação*) foram inspirados no trabalho pioneiro do Coppe-UFRJ.

Em um país recém-democratizado, parte dos intelectuais brasileiros inseridos nas universidades buscava por mudanças sociais. A criação de uma incubadora direcionada ao cooperativismo popular dialogava com esse projeto de combate às desigualdades sociais estruturantes e históricas. Em pouco tempo, outras universidades seguiram a experiência fluminense e organizaram coletivos de professores, técnicos e estudantes em prol da economia solidária.¹¹

A ITCP-UFV não compõe o primeiro grupo de precursoras, porém, é uma das mais antigas do Brasil, recebendo o apoio da UFJF anteriormente à sua criação, em novembro de 2003. A diferença da experiência da UFV reside no fato de já existir na instituição um curso superior em administração de cooperativas, único do país até aquele momento. Parte da equipe de professores(as) do Departamento de Economia Rural da UFV, ao qual se vincula o curso de graduação, contribuiu para a construção da incubadora ao mobilizar vários estudantes.

Como em outras experiências, a ITCP-UFV, desde sua fundação, atuou com diversos segmentos econômicos e trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, como garçons, agricultores(as), catadores(as), artesãs, quilombolas, pacientes da saúde mental, consumidores(as), entre outros. A metodologia de incubação seguia o modelo baseado na sequência de pré-incubação, incubação e desincubação, processo que foi ao longo do tempo problematizado, considerando as especificidades dos empreendimentos e as limitações de financiamento das ações.

Nesse contexto, a metodologia do programa de extensão universitária passou por mudanças, sendo a mais significativa a concepção de incubação de empreendimentos “isoladamente” para o apoio aos processos e segmentos de maneira mais ampla, considerando que a economia solidária se fortalece em uma ambiência favorável e em rede. Além disso, a incubadora também atuou junto aos movimentos sociais, com destaque para o Fórum Regional e Mineiro de Economia Popular Solidária.

Em geral, as equipes eram formadas por estudantes de graduação – de vários cursos, mas predominantemente de cooperativismo – e professores(as). A variação na composição das equipes foi constante, mas coerente com os ciclos de formação acadêmica, ocorrendo processos seletivos periódicos para renovação do quadro de formadores(as).¹² O vínculo de professores(as) foi, de um modo geral, limitado a projetos específicos e com baixa adesão aos espaços coletivos de discussão e autogestão, com exceção de alguns poucos docentes que atuaram, ao longo dos vinte anos da incubadora, em momentos distintos, como coordenadores(as) institucionais do programa de extensão universitária.¹³

11. Constam entre elas: USP, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

12. Na organização da ITCP-UFV, os estudantes são designados como “formadores”, em alusão ao processo educativo que embasa a ação extensionista empreendida.

13. Na UFV, as atividades de extensão são registradas institucionalmente como *programas*, *projetos*, *eventos* ou *prestação de serviços*. Desde o início de suas atividades, a ITCP-UFV é registrada como programa de extensão e abriga diversos “projetos”, também registrados.

Na dinâmica organizativa interna, os estudantes/formadores(as) participavam das equipes de incubação e, ao mesmo tempo, de equipes temáticas, como as de formação, seleção, comunicação, entre outras. Dessa forma, cada estudante vinculava-se, ao menos, em duas frentes de trabalho. No caso da ação com os empreendimentos, havia um professor ou professora como referência, além da coordenadora docente do programa.

Nas dinâmicas de avaliação, esse modo de organização sempre foi discutido e problematizado. O diagnóstico geral apontava para processos de incubação isolados e pouco conectados. Cada grupo incubado era percebido como uma unidade em si, embora houvesse uma referência à “metodologia de incubação”. Esta, no entanto, sofria ajustes ou adequações de acordo com as características ou qualificações da equipe de formadores(as) e as especificidades do grupo envolvido.

Tal característica do processo de incubação era decorrência, por um lado, de uma gestão coletiva que prezava pela autonomia de cada equipe na condução da ação extensionista. Por outro, indicava a ausência ou insuficiência de uma coordenação que vinculasse as práticas de interação com os grupos envolvidos a objetivos teóricos e metodológicos institucionais.

Embora houvesse constante troca de informações e experiências entre as diferentes equipes, essa comunicação (na forma de “repasses” ou “informes”) era insuficiente para desencadear processos sistemáticos de avaliação e revisão da metodologia de incubação. A diversidade de experiências metodológicas vivenciadas com os grupos incubados teve impacto parcial para o aprendizado institucional.

Embora as limitações da incubação fossem tema recorrente de discussão nos espaços coletivos, a necessidade de cumprimento de prazos dos projetos financiados e a demanda por “resultados imediatos” concorreram para que o pragmatismo contribuísse para o não aprofundamento das discussões sobre elaboração e implementação de alternativas. Em síntese, o arranjo institucional se expressava, naquele momento, como um limitador de mudanças, apesar de as evidências do trabalho com os grupos incubados apontarem para a necessidade de crítica e reformulação de tal arranjo.

Importante pontuar que o formato organizativo interno deve ser compreendido como uma resposta, variável ao longo do tempo, às condições objetivas para realização do trabalho de incubação ou de assessoramento aos grupos envolvidos. Como destacado anteriormente, essas condições objetivas eram dadas pelo financiamento obtido por meio de projetos, um instrumento técnico que estrutura a ação extensionista em termos de objetivos, métodos, prazos, recursos disponíveis e critérios de avaliação que, quase sempre, não coincidiam com as necessidades e demandas dos empreendimentos, grupos e coletivos incubados ou assessorados.

Costa, Silva e Dourado (2017) chamam atenção para esse elemento-chave do tipo de ação extensionista que busca, por meio da intervenção, proporcionar oportunidades de inclusão socioeconômica. A ausência de recursos para investimento – ou de políticas públicas – para estruturar empreendimentos econômicos solidários (EES) é determinante para a limitação do potencial de incubação ou assessoramento.

Dessa forma, ITCP-UFV acessou diferentes editais de extensão e pesquisa, com destaque para recursos advindos do Proninc, do Proext, da Senaes, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Programa de Bolsas de Extensão da UFV (Pibex), entre outros. O financiamento era direcionado para bolsas para graduandos e técnicos, materiais de consumo, transporte, alimentação e equipamentos, tanto para a ITCP quanto para os empreendimentos. As prensas utilizadas pelas associações de catadores(as), por exemplo, foram adquiridas por meio de projetos da incubadora, assim como barracas para feiras, máquinas de costura, fogão para agroindústrias coletivas, entre outros equipamentos.

É importante destacar a relação tensa entre a disponibilidade de recursos, *o tempo dos projetos*, o tipo de envolvimento de docentes, técnicos(as) e estudantes e a continuidade das ações extensionistas. As interrupções, as descontinuidades e a rotatividade das equipes são componentes de um formato organizativo que deve ser considerado quando avaliamos a capacidade de promoção de mudanças por meio da ação extensionista da ITCP-UFV ao longo de sua trajetória.

Até 2018, a incubadora manteve recursos para contratação e atuação de técnicos(as), possibilitando a presença de profissionais qualificados(as) em quase todas as equipes. No contexto de desmonte das políticas sociais a partir de 2016, não havia expectativas de captação de recursos significativos. Naquele cenário, até as bolsas de extensão por meio do Pibex minguraram. Em 2019, a ITCP-UFV ainda contava com recursos remanescentes de projetos, viabilizando duas profissionais graduadas até o final do primeiro trimestre daquele ano. Com o fim dos recursos, a estratégia (de sobrevivência) foi dar continuidade ao trabalho com estudantes voluntários. O formato organizativo permaneceu inalterado, mas a capacidade de atuação, sem aportes financeiros e com voluntários, foi afetada negativamente.

No início de 2020, foi retomada a discussão sobre uma necessária reestruturação diante do cenário de ausência de recursos e condução do trabalho em novos termos. Com o advento da pandemia, a discussão foi adiada e o foco direcionado ao trabalho possível e necessário àquele contexto de crise. O objetivo foi a manutenção mínima das atividades e a participação em ações emergenciais junto aos grupos envolvidos e parceiros, como suporte às vendas remotas e apoio à execução de chamamentos públicos para compra de alimentos da agricultura familiar.

O ano de 2021 marcou a retomada gradual das atividades presenciais a partir do segundo semestre. Essa retomada também foi marcada pela aprovação de projetos de pesquisa que viabilizaram algumas bolsas e recursos para atuação mínima de assessoramento. Diante da extinção do Proninc e da ausência de outra fonte de recursos financeiros diretamente vinculada à economia solidária, a estratégia foi captar recursos e implementar ações a partir de temas correlatos, vinculados aos processos de assessoramento já em curso e às demandas acadêmicas de pesquisa e formação em pós-graduação.

Tal estratégia não significava uma novidade na trajetória da ITCP-UFV e apontava para o potencial da produção do conhecimento científico vinculado à economia solidária e aos desafios da inclusão socioproductiva. Por sua vez, não oferecia respostas à ausência de recursos

financeiros para dar suporte à estruturação dos grupos, de modo a potencializar capacidades de trabalho autogestionário e cooperativo, principalmente no cenário pós-pandêmico e de desmonte de políticas sociais.

A partir de 2023, com um cenário federal, em tese, mais favorável à economia solidária, refletir sobre o papel estratégico das incubadoras na (re)construção de políticas públicas é fundamental. A trajetória da ITCP-UFV ao longo desses vinte anos permitiu acumular importantes aprendizados sobre a economia solidária e suas intersecções. Nesse sentido, a seguir serão destacados elementos compreendidos como estratégicos para o fortalecimento desta temática na sociedade brasileira.

Um aprendizado importante é a compreensão de que a economia solidária, materializada na extensão universitária, exige uma abordagem e uma inserção territoriais, multidisciplinar e em articulação com diferentes organizações e entes públicos. Essa concepção torna possível a concretização do princípio político e pedagógico que orienta as práticas de extensão universitária à produção dialógica de conhecimentos (Síveres, 2013) e sua influência na ação pública (Dagnino, 2014).

Vários exemplos de experiências vivenciadas pela ITCP-UFV corroboram essa concepção. No caso da *reciclagem popular e solidária*, foi possível perceber a importância da política pública municipal e da construção de espaços de participação social com diferentes atores e atrizes sociais.¹⁴ Nesse processo, a incubadora, juntamente com o Programa de Extensão InterAção,¹⁵ contribuiu para a criação do Fórum Municipal Lixo e Cidadania;¹⁶ a elaboração de um termo de referência para contratação das associações pelo poder público municipal; a mobilização da população para adesão à coleta seletiva; entre outras ações, que tinham como intuito fortalecer os empreendimentos no município e em âmbito regional.

As atividades desenvolvidas nesses fóruns ocorrem de maneira articulada com gestores públicos, Defensoria Pública, Ministério Público, vereadores(as), associações comerciais e de bairro, cooperativas de crédito, escolas, condomínios, setores culturais, entre outros envolvidos. Há um grande esforço para que as associações de catadores(as) de Viçosa tenham protagonismo nesse espaço de elaboração e construção de políticas públicas e possam ter voz e atuar diretamente nas ações públicas. Embora esteja longe do ideal, especialmente pela falta de apoio dos últimos anos, houve avanços e estas experiências alimentam a construção de políticas públicas e legislações adequadas ao segmento dos(as) catadores(as).

Do ponto de vista político, a ação da ITCP-UFV buscou dar suporte a um movimento de reorientação da ação pública local pela consideração das visões, dos valores e das proposições

14. Para mais informações sobre a temática da reciclagem como campo de ação e organização de trabalhadores sob a ótica da economia solidária, ver Silva (2020).

15. Esse programa de extensão, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, teve início em 2007 com o objetivo de apoiar ações de coleta seletiva no município de Viçosa.

16. O fórum foi lançado em 2017, durante o seminário *Desafios da coleta seletiva com a inclusão dos/as Catadores/as*, resultado da articulação entre os grupos de catadores de Viçosa (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa – Acat e Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa – Acamare), do Ministério Público de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) e dos programas de extensão da UFV.

dos(as) catadores(as) em relação ao tema da reciclagem. A leitura da questão pela ótica da reciclagem popular e solidária encontrou espaço de expressão e debate no fórum, um dos espaços de luta por condições institucionais para o reenquadramento da ação pública. Entendemos que essa experiência particular produziu – e vem produzindo – aprendizados relevantes quanto à transversalidade na ação pública (Marcondes, Sandim e Diniz, 2018) a partir da extensão universitária.

Do ponto de vista pedagógico, a atuação na reciclagem popular e solidária exige uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas de conhecimentos – estudantes, profissionais, gestores públicos etc. Nessa articulação local, são envolvidos(as) engenheiros(as), cientistas sociais, geógrafos(as), advogados(as), enfermeiros(as), cooperativistas, assistentes sociais, entre outros. As trocas de informações, conhecimentos e saberes ganham espaço nas dinâmicas de interação, que geralmente são permeadas por proposições e conflitos. Ao enfrentar problemas complexos, o ato pedagógico é orientado pelo desafio à construção de conhecimentos e à ação transformadora (Santos e Cruz, 2008). Os saberes construídos na ação, embora ainda carentes de sistematização, constituem, na experiência da ITCP-UFV, um avanço em direção a práticas extensionistas dialógicas.

A atuação da ITCP-UFV com a agricultura familiar e a agroecologia é coerente com as abordagens territorializadas, multidisciplinares e orientadas à transversalização de políticas públicas. Nesse aspecto, as ações têm ocorrido com base no referencial dos *sistemas agroalimentares localizados*, buscando fomentar diferentes experiências de circuitos curtos de comercialização (CCC). Assim, as feiras, os mercados institucionais (compras públicas), a venda direta a consumidores (entrega de cestas), o apoio a cooperativas (processos de comercialização) etc. são exemplos de empreendimentos apoiados. O intuito é criar e desenvolver espaços de encurtamento de distâncias entre produção e consumo, campo e cidade, visando consolidar mercados capazes de sustentar as experiências agroecológicas em suas localidades/comunidades. Destaca-se, nesse contexto, o apoio às feiras de agricultores(as) familiares e quilombolas e a atuação recente junto a um Sistema Participativo de Garantia (SPG) que vem se consolidando por meio do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da zona da mata de Minas Gerais.¹⁷

O SPG tem possibilitado a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de forma que a agenda de pesquisa, bem como as problemáticas e os desafios de constituição do sistema, vai sendo construída na interação direta com o processo social e técnico de constituição do SPG. Dessa forma, amplia-se o conjunto do conteúdo programático que passa a compor os processos formativos protagonizados pela ITCP-UFV.

As ações direcionadas a consumidores(as) são transversais, compreendendo os CCCs como espaços pedagógicos de interação direta e construção de respostas coletivas para produção e acesso aos “alimentos de verdade”. Destaca-se a atuação da ITCP-UFV no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de Viçosa, no Conselho Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), na Comissão de Compras Institucionais de Alimentos da UFV, entre outros espaços de diálogo, especialmente no contexto do Polo Agroecológico da zona da mata.

17. O polo foi instituído pela Lei Estadual nº 23.207/2018, resultado da articulação de diversas organizações e movimentos sociais do campo da agroecologia em Minas Gerais.

É importante destacar que nas feiras estão presentes empreendimentos de artesanato e produção de alimentos e bebidas, grupos de produção da saúde mental, projetos sociais de apoio a pessoas em situação de privação de liberdade, coletivos culturais, artistas e mais uma diversidade de expressões da economia popular. Nesse sentido, além de buscar fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia, os CCCs conectam trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária.

Ademais, a experiência da ITCP-UFV com a temática da saúde mental proporciona aprendizados que também apontam para a necessidade de incidência em políticas públicas voltadas para esses sujeitos sociais, bem como a ampliação do acesso às políticas públicas existentes. O trabalho desenvolvido pela incubadora tem demonstrado a possibilidade de ampliação de processos de terapia ocupacional vinculados a iniciativas de inclusão social a partir do trabalho coletivo.

Outro conjunto de atores e atrizes que se mobilizam em torno da economia solidária e demandam atuação adequada pode ser agrupado no segmento do artesanato e processamento de alimentos, que têm como característica o trabalho individual ou familiar e atuação coletiva nos espaços de comercialização, seja em feiras, seja em lojas. Em geral, tal segmento é composto por mulheres que buscam alguma fonte de renda ou sua complementação. As principais articulações dessas trabalhadoras são as feiras e os fóruns de economia popular solidária, espaços nos quais a ITCP também atua. Ao longo da vivência do programa, observou-se que os espaços do fórum constituem a formação em economia solidária e fortalecer tais mobilizações são estratégias importantes.

Da mesma forma, ressalta-se o cooperativismo solidário compreendido como um conjunto de organizações que buscam se posicionar em contraposição ao “cooperativismo tradicional”, em geral representado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Para isso, em 2014, foi criada a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicoopas), reunindo a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Unicatadores) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Sendo assim, compreender a articulação com organizações de representações de cooperativas populares de diferentes segmentos econômicos da economia solidária é um aprendizado importante, sobretudo na ampliação da escala das experiências de trabalho associado. É na interação com essas organizações que se produz incidência nas políticas públicas de geração de trabalho e renda que tenham a autogestão e a economia solidária como diretrizes.

Outro aprendizado adquirido na prática da ITCP-UFV envolve a compreensão mais ampliada do campo da economia solidária segundo um olhar para “outras economias”, a partir do envolvimento do programa com um público diverso. É preciso considerar as experiências de povos e comunidades tradicionais, assim como o recorte mais aprofundado sobre economia feminista, economia criativa, coletivos culturais e das juventudes. Nesse campo,

embora a delimitação *empreendimento econômico solidário* não siga um modelo padronizado,¹⁸ tais iniciativas expressam resistências e laços de solidariedade e de cooperação que em vários momentos demandaram da ITCP-UFV ações pontuais e/ou processuais.

Por fim, um aprendizado que também constitui a base da construção do conhecimento nas instituições de ensino superior e técnico do país é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Embora ao longo dos últimos vinte anos esta tenha sido uma tarefa difícil, a partir de 2022, dois processos têm mobilizado o coletivo da ITCP-UFV a construir novas formas de atuação. Um dos elementos consiste na curricularização da extensão universitária. Os cursos de graduação devem direcionar ao menos 10% da carga horária total de seus currículos para ações extensionistas. Nesse contexto, a incubadora, em função de sua trajetória, tem propiciado bons aprendizados sobre esta prática, embora ainda seja necessária maior maturidade institucional da universidade em relação aos desafios e às responsabilidades dos processos de extensão. As disciplinas têm contribuído para atividades junto aos grupos e coletivos apoiados, embora de maneira pontual. Contudo, infelizmente, tais atividades ainda são desvalorizadas e não dispõem de recursos adequados para sua realização. De alguma maneira, a curricularização fortalece as ITCPs porque, no geral, são nesses espaços que a interação com distintos coletivos se efetiva.

Por sua vez, no campo da pesquisa, embora as ações da ITCP-UFV tenham gerado produções científicas importantes, seria necessário incorporar esta prática no cotidiano do programa. Dessa forma, em 2022, foi criado o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Sistemas Agroalimentares e Agroecologia (Gessa), envolvendo discentes, técnicos, graduandos e pós-graduandos, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia da UFV. A vivência recente tem como objetivo possibilitar maior fôlego de análise e reflexão sobre as ações desenvolvidas pela ITCP em sua interação com os coletivos. É por meio de análises e pesquisas feitas a partir dos processos sociais acompanhados pela ITCP-UFV que se constitui o ensino, a extensão e a pesquisa, de forma indissociável.

4 QUESTÕES PARA APROFUNDAMENTO

Após vinte anos de trajetória, as experiências brevemente destacadas nesse artigo permitem refletir sobre os desafios vivenciados pelas incubadoras universitárias e as questões que merecem aprofundamento. Nas abordagens teórico-metodológicas, a compreensão sobre “outras economias” merece maior atenção, assim como a diversidade envolvida nesses coletivos. Ou seja, não há economia solidária com machismo, racismo, homofobia e capacitismo.

Da mesma forma, a urgência ambiental deve ser lida nos territórios a partir de denúncias, anúncios e construção de alternativas. Por isso, o diálogo com os movimentos sociais e as frentes de resistência, como a agroecologia e a reciclagem popular e solidária, são fundamentais, o que exige tanto a elaboração metodológica de interação quanto a presença das incubadoras nos espaços de discussões e incidência políticas.

18. Para uma análise da diversidade dos EES no Brasil, ver Silva (2020).

Do ponto de vista do trabalho, lócus privilegiado do debate sobre economia solidária, os processos de “uberização”, inteligência artificial e cooperativismo de plataforma merecem um olhar atualizado frente a uma nova dinâmica do capitalismo mundial. Da mesma forma, são necessárias abordagens que orientem as interações dos diferentes grupos apoiados, compondo o repertório do conteúdo programático dos processos de formação, bem como objetos de conhecimento das agendas de pesquisa da incubadora.

Por fim, para o campo da economia solidária no Brasil, é importante compreender que a disputa epistemológica e científica é estratégica para fortalecer espaços de construção de novos paradigmas de “bem-viver”. Obviamente, as universidades não fazem isso de maneira isolada, mas por meio da construção coletiva e da ocupação por diferentes sujeitos e conhecimentos dos ambientes acadêmicos.

Para tanto, é fundamental que, na rearticulação do FBES e da Senaes, o fortalecimento das ITCPs seja compreendido como uma estratégia estruturante. Se as incubadoras podem ser “laboratórios” de ensino, de extensão dialógica e de produção de conhecimento e “tecnologia social”,¹⁹ sua manutenção deveria superar a perspectiva de financiamento pontual para uma ação perene.

Outro aspecto que merece reflexão é a tensão entre os objetivos de “emancipação” e a contaminação dos métodos de trabalho pelos objetivos e “tempo” das políticas públicas. Isso pode prejudicar o projeto político-pedagógico emancipatório proposto pelas ITCPs e reforçar processos individualizados a partir da lógica do empreendedorismo.

Por fim, assim como a ampliação do acesso à universidade gerou impactos importantes na sociedade brasileira, manter e valorizar as ITCPs possibilitaria um conjunto efervescente de inovações sociais articuladas com as pautas emergenciais da sociedade contemporânea, quais sejam: trabalho, meio ambiente e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018. v. 1.
- ADDOR, F.; MAIA, L.; OLIVEIRA, T. Outra inovação é possível: a relevância do Proninc e a consolidação das Ites como espaço de desenvolvimento tecnológico. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2020. p. 207-239.
- ADDOR, F. *et al.* As incubadoras tecnológicas de economia solidária na atualidade. *In*: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: concepção, metodologia e avaliação**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2018. v. 1, p. 25-53.
- CORAGGIO, J. L. (Org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latino-americanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

19. Para uma discussão sobre o conceito e a prática de tecnologia social, ver Dagnino (2014) e Zucoloto e Pereira (2020).

- COSTA, B. A. L. **Entre teoria e prática**: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional. 2013. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- COSTA, B. L.; SILVA, M. S.; DOURADO, G. F. A experiência da ITCP-UFV: aprendizados coletivos construídos na economia solidária. *In*: COSTA, B. L.; DOURADO, G. F.; SILVA, M. S. **Saberes construídos na economia solidária**: experiências e vivências da incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFV. Viçosa, Minas Gerais: OCA, 2017. p. 19-29.
- DAGNINO, R. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: Ed. UEPB, 2014.
- LAVILLE, J.-L. (Ed.). **L'économie solidaire**: une perspective internationale. Paris: Pluriel, 2010.
- LAVILLE, J.-L. *et al.* Introdução. *In*: FRANÇA FILHO, G. C. *et al.* (Org.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LIMA, J. C. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. *In*: GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. P. (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 195-226.
- MARCONDES, M. M.; SANDIM, T. L.; DINIZ, A. P. R. Transversalidade e intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 1, p. 22-33, 2018.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **E-cadernos CES** [online], n. 2, 2008.
- SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020.
- SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003a.
- SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003b.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SÍVERES, L. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. *In*: SÍVERES, L. (Org.). **A extensão universitária como um princípio da aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 19-33.

VELLOSO, T. R.; MORAIS, L. P.; MENEZES, D. F. N. Trajetória e experiências das incubadoras tecnológicas das cooperativas populares (ITCPs) e empreendimentos solidários no contexto brasileiro. *In*: ÁLVAREZ, J. F.; MARCUELLO, C. (Ed.). **Experiências emergentes de la economía social en Iberoamérica**. Valencia: OIBESCOOP, 2020. p. 128-155.

ZUCOLOTO, G. F.; PEREIRA, L. de S. Tecnologias sociais e economia solidária: projetos certificados pela Fundação Banco do Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. p. 187-205.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SINGER, P. Introdução. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: MTE/Senaes, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/deliberacoes_1_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 12 maio 2012.

SINGER, P. Economía solidaria: un modo de producción y distribución. *In*: CORAGGIO, J. L. (Org.). **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007. p. 59-78.

SINGER, P. Introdução. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2., 2010, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: MTE/Senaes, 2010. p. 9-11. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf. Acesso em: 12 maio 2012.